



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Glossário

➤ TERMOS UTILIZADOS NO CREA-SP

➤ TERMOS DA ÁREA DE R.H.



Maio • 2011



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

SUMÁRIO

I	Apresentação	3
II	Objetivo	3
III	Introdução	3
IV	Justificativa.....	3
V	Vantagens para o Crea-SP.....	3
VI	Vantagens para os funcionários	3
VII	Siglas utilizadas no Crea-SP:	4
VIII	Termos utilizados no Crea-SP:.....	6
IX	Termos da Área de Recursos Humanos:.....	20
X	Referências Bibliográficas:	23



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

I Apresentação

A Unidade de Planejamento e Desenvolvimento elaborou a partir do material constante na Bibliografia e também por meio de pesquisa em outras fontes, o presente glossário, que servirá como mais uma contribuição para o aprimoramento dos serviços no Crea-SP.

II Objetivo

O Glossário visa fornecer condições de aperfeiçoamento para a execução de determinadas atividades, tais como: comunicação verbal e escrita e para padronizar informações prestadas ao público.

III Introdução

Devido à complexidade e diversidade das atividades desenvolvidas no Crea-SP, a utilização de um glossário com os termos mais utilizados é de certa forma uma condição para o bom desenvolvimento dos trabalhos, além de demonstrar preocupação e atenção com a forma mais correta e técnica de uso desses termos.

IV Justificativa

A relevância da disponibilidade e utilização de glossário pode ser melhor compreendida se forem levadas em consideração as seguintes condições: ganho de tempo na formulação de textos e conseqüente facilitação do entendimento do mesmo, diminuição de falhas na interpretação dos termos e padronização no uso de linguagem utilizada no Crea-SP, além de transmitir uma imagem de coesão e assertividade no trato dos assuntos técnicos.

V Vantagens para o Crea-SP

- Padronizar o uso de termos técnicos pertinentes ao âmbito do Crea-SP;
- Reduzir divergências e falhas na elaboração de textos e emissão de documentos;
- Prevenir e evitar conflitos que podem ser gerados a partir da utilização dos termos de forma incorreta.

VI Vantagens para os funcionários

- Ter acesso a uma fonte de pesquisa para auxiliar no entendimento dos termos relacionados à elaboração de documentos;
- Aumentar a produtividade e a redução de esforços para a execução das atividades;
- Facilitar a integração no ambiente corporativo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

VII Siglas utilizadas no Crea-SP:

ART: Anotação de Responsabilidade Técnica. Instrumento que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pela execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea. O cadastro da mesma, com a utilização de senha pessoal e intransferível, se dá mediante preenchimento de formulário eletrônico (Resolução nº 1.025/2009).

Bull: Sistema Corporativo do CREA-SP que gerencia todas as informações das empresas, profissionais e escolas da área tecnológica (Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia e Geografia) do Estado de São Paulo (Termo validado pelo Departamento de Informática).

CAF: Comissão Auxiliar de Fiscalização: Órgão auxiliar das Câmaras Especializadas, no âmbito da jurisdição da respectiva Inspetoria para cumprimento dos Planos de Fiscalização e para análise prévia dos processos (Termo validado pela Superintendência de Relações Institucionais).

CAT: Certidão de Acervo Técnico: Documento emitido pelo Crea que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do Crea a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional, e propicia ao profissional a comprovação de sua experiência técnica, podendo ser utilizada para comprovar a capacidade técnica em licitações, confecção de cadastro e currículo profissional, entre outras finalidades (Resolução nº 1.025/2009).

Cipa: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - Norma Regulamentadora NR-5 (Termo validado pelo Departamento de Recursos Humanos).

CND: Certidão Negativa de Débito. Tem por finalidade atestar que determinada empresa está em dia com suas obrigações perante o INSS, Caixa Econômica Federal, Receita Federal e Prefeituras (Termo validado pela Superintendência de Controladoria).

CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. É feito na Secretaria da Receita Federal. É pessoal e intransferível (Termo validado pela Superintendência de Controladoria).

Confea: Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – instância superior da fiscalização do exercício profissional da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia (Termo validado pela Superintendência Operacional).

Crea: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia é o órgão de fiscalização, de controle, de orientação e de aprimoramento do exercício e das atividades profissionais da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, em seus níveis médio e superior, no território de sua jurisdição (Art. 2 do Regimento do Crea-SP).

CreaDoc: Gerenciador Eletrônico de Documentos e Processos, tendo como principal função no Crea-SP como Gerenciador Eletrônico de Protocolos, por esse motivo, a palavra CreaDoc, na instituição, também tem a conotação de protocolo (Termo validado pelo Departamento de Informática).

CRF: Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia. Documento emitido pela Caixa Econômica Federal que comprova se determinada empresa está em dia com as obrigações perante o Fundo de Garantia (Termo validado pela Superintendência de Controladoria).

GRE - Regional: Segmento responsável pela gestão das atividades e da representatividade do Crea-SP em 12 (doze) grandes Regiões que abrangem todo o Estado de São Paulo (Termo validado pela Superintendência Operacional).

NEC: Nota de Empenho de Compra/Serviço (Termo validado pela Superintendência de Controladoria).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

NERP: Nota de Empenho de Ressarcimento/Pagamento (Termo validado pela Superintendência de Controladoria).

PCSC: Plano de Cargos, Salários e Carreiras: Instrumento que disciplina a estrutura de cargos, define suas atribuições, estabelece os níveis salariais a serem praticados, assim como a progressão na carreira profissional dentro da organização (Termo validado pelo Departamento de Recursos Humanos).

PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. (Norma Regulamentadora NR-7) (Termo validado pelo Departamento de Recursos Humanos).

PPRA: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - Norma Regulamentadora NR-9 (Termo validado pelo Departamento de Recursos Humanos).

SIC: Sistema de Informações Confea/Crea - Banco de dados que consolida as informações de interesse nacional registradas no Sistema Confea/Crea (Resolução nº 1025/2009).

Siper: Sistema de controle de permissões de acesso dos usuários aos sistemas CreaDoc, SIPRO, Sistema de Fiscalização On-line (Termo validado pelo Departamento de Informática).

Sipro: Sistema de controle dos processos tramitados no Crea-SP (Termo validado pelo Departamento de Informática).

UGI - Unidade de Gestão das Inspetorias: Unidade executora dos serviços prestados pelo Crea-SP em uma determinada região (Termo validado pela Superintendência Operacional).

UOP - Unidade Operacional de Inspetoria: Unidade descentralizada subordinada a uma determinada Unidade de Gestão de Inspetoria (UGI) e seu respectivo Chefe, vinculada às Inspetorias e abrange um município/distrito com mais de 120 (cento e vinte) profissionais inscritos (Termo validado pela Superintendência Operacional).

UPS - Unidade Operacional - Posto de Serviço: Unidade descentralizada subordinada a uma determinada Unidade de Gestão de Inspetoria (UGI) e seu respectivo Chefe, instalada onde não há Inspetorias e abrange um município/distrito com mais de 60 (sessenta) profissionais e no máximo 120 (cento e vinte) inscritos (Termo validado pela Superintendência Operacional).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

VIII Termos utilizados no Crea-SP:

Acervo Técnico: Conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no Crea por meio de anotações de responsabilidade técnica (Resolução nº 1.025/2009).

Adjudicação: No Direito Administrativo: É a fase da licitação que qualifica uma proposta como aceitável pelos seus caracteres intrínsecos, adjudicando o contrato ao melhor ofertante ou licitante vencedor (Dicionário Jurídico Universitário, Maria Helena Diniz, Editora Saraiva, 1ª Edição, 2010).

Agente Fiscal: Funcionário com atribuição de executar atividades de fiscalização do exercício profissional, apurando irregularidades, orientando profissionais, empresas e público em geral, levantar documentações e dados dos interessados, visando verificar a fiel observância da legislação profissional vigente e aplicando, se for o caso, notificações e autuações, conforme instrumentos normativos em vigor, buscando, ainda, manter atualizado o cadastro do Crea e o cumprimento da legislação vigente (Termo extraído do Plano de Cargos, Salários e Carreiras do Crea-SP).

Análise: Atividade que envolve a determinação das partes constituintes de um todo, buscando conhecer sua natureza ou avaliar seus aspectos técnicos (Resolução nº 1.010/2005).

Anteprojeto: Estudo preparatório ou esboço preliminar de um plano ou projeto (Termo extraído do Manual de Fiscalização da Câmara de Engenharia Elétrica, Edição 2008).

Arbitragem: Atividade que constitui um método alternativo para solucionar conflitos a partir de decisão proferida por árbitro escolhido entre profissionais da confiança das partes envolvidas, versados na matéria objeto da controvérsia (Resolução nº 1.010/2005).

Arbitramento: Tomada de decisão ou posição entre alternativas tecnicamente controversas ou que decorrem de aspectos subjetivos (Termo extraído do Manual de Fiscalização da Câmara de Engenharia Elétrica, Edição 2008).

Assessoria: Atividade que envolve a prestação de serviços por profissional que detém conhecimento especializado em determinado campo profissional, visando ao auxílio técnico para a elaboração de projeto ou execução de obra ou serviço (Resolução nº 1.010/2005).

Assistência: Atividade que envolve a prestação de serviços em geral, por profissional que detém conhecimento especializado em determinado campo de atuação profissional, visando suprir necessidades técnicas (Resolução nº 1.010/2005).

Assistente Técnico: Funcionário com atribuição de executar e planejar as atividades de manutenção predial corretiva/preventiva de maior complexidade, bem como conferir, controlar e orientar as atividades que são executadas, visando à segurança nos locais de trabalho e à redução de custos. Assistir ao Plenário, aos Coordenadores das Câmaras Especializadas, Comissões (Especiais e Permanentes), Grupos de Trabalhos e Grupos Técnicos de Trabalhos, Conselheiros e Diretores, e promover ações de assessoramento e apoio técnico às respectivas reuniões desses colegiados, elaborando pareceres, instruções e despachos em processos, visando o atendimento à legislação do Sistema Confea/Crea e ao Regimento do Crea-SP (Termo extraído do Plano de Cargos, Salários e Carreiras do Crea-SP).

Ata: Registro escrito e formal, de modo circunstanciado, acerca dos fatos, ocorrências, decisões ou conclusões das sessões, reuniões ou assembléias do Confea e dos Creas (Resolução nº 373/1992, Revogada pela Resolução nº 1.015/2006).

Atestado: Documento pelo qual o Confea e os Creas comprovam um fato ou uma situação de que tenham conhecimento por seus órgãos competentes (Resolução nº 373/1992).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Ato Administrativo Normativo: É aquele que contém um comando do Sistema Confea/Crea, de caráter imperativo, visando à correta aplicação da lei e à explicitação da norma geral a ser observada (Resolução nº 1.000/2002).

Ato Normativo: Espécie de ato administrativo normativo, de exclusiva competência dos Creas, destinado a detalhar, especificar e esclarecer, no âmbito de suas jurisdições, as disposições contidas nas resoluções e nas decisões normativas do Confea (Resolução nº 1.000/2002).

Atribuição: Ato geral de consignar direitos e responsabilidades dentro do ordenamento jurídico que rege a comunidade (Resolução nº 1.010/2005).

Atribuição Profissional: Ato específico de consignar direitos e responsabilidades para o exercício da profissão, em reconhecimento de competências e responsabilidades derivadas de formação profissional obtida em cursos regulares (Resolução nº 1.010/2005).

Auditoria: Atividade que envolve o exame e a verificação de obediência a condições formais estabelecidas para o controle de processos e a lisura de procedimentos (Resolução nº 1.010/2005).

Autarquia: Pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de auto-administração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei (Maria S. Z. Di Pietro).

Auto de Infração: Documento que os Creas lavram contra infratores, apresentando, oficialmente, a transgressão de qualquer preceito legal ou regulamentar (Resolução nº 373/1992).

Avaliação: Atividade que envolve a determinação técnica do valor qualitativo ou monetário de um bem, de um direito ou de um empreendimento (Resolução nº 1.010/2005).

Balanco Financeiro: Demonstra a receita e a despesa orçamentária realizada, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte (Termo validado pela Superintendência de Controladoria).

Balanco Orçamentário: Demonstra as receitas previstas e despesas fixadas em confronto com as realizadas (Termo validado pela Superintendência de Controladoria).

Balanco Patrimonial: Demonstra a situação das contas que formam o Ativo e o Passivo de uma empresa. O Ativo demonstra a parte dos bens e direitos e o Passivo representa os compromissos assumidos com terceiros (obrigações) (Termo validado pela Superintendência de Controladoria).

Câmara Especializada: Órgão decisório da estrutura básica do Crea que tem por finalidade apreciar e decidir os assuntos relacionados à fiscalização do exercício profissional pertinentes às respectivas especializações profissionais e infrações ao Código de Ética e sugerir medidas para o aperfeiçoamento das atividades do Conselho Regional, constituindo a primeira instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição (Termo validado pela Superintendência Técnica).

Cargo ou Função: Expressão utilizada exclusivamente para que fique documentado por meio de ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, o vínculo do profissional com pessoa jurídica, tanto de direito público quanto de direito privado, por nomeação, designação ou contrato (Termo validado pela Superintendência Operacional).

Certidão: Documento que o Confea e os Creas fornecem aos interessados, no qual afirmam a existência de atos ou fatos constantes do original de que foram extraídos (Resolução nº 373/1992).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Circular: Determinação, de caráter uniforme, dirigida pela Presidência do Confea aos Presidentes dos Creas e destes às suas Inspetorias (Resolução nº 373/1992).

Classificação: Comparação dos produtos, características, parâmetros e especificações técnicas estabelecidas no padrão (Termo extraído do Manual de Fiscalização da Câmara de Engenharia Elétrica, Edição 2008).

Colégio de Entidades Paulista – CDEP: Fórum de caráter consultivo, composto pelos Presidentes das Entidades de Classe Municipais, Intermunicipais, Estaduais e Entidade Sindical representante de profissionais das áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea (Termo validado pela Superintendência de Relações Institucionais).

Colégio de Inspetores: Fórum permanente de caráter consultivo composto por Inspetores-Chefes, Inspetores, Inspetores Especiais, Chefe de Representação, Inspetores Especiais e pelo Presidente do Crea-SP para auxiliar nas diretrizes de fiscalização do Crea-SP (Termo validado pela Superintendência de Relações Institucionais).

Coleta de Dados: Atividade que consiste em reunir, de maneira consistente, dados de interesse para o desempenho de tarefas de estudo, planejamento, pesquisa, desenvolvimento, experimentação, ensaio, e outras afins (Resolução nº 1.010/2005).

Condução: Atividade de comandar a execução, por terceiros, do que foi determinado por si ou por outros (Resolução nº 1.010/2005).

Conselheiro: Profissional habilitado de acordo com a legislação vigente, registrado no Crea e representante indicado por entidades de classe ou instituições de ensino dos grupos profissionais da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia que compõe os Conselhos Regionais e Federal no Plenário, nas Câmaras Especializadas e nas Comissões e que tem como atribuição específica apreciar os assuntos inerentes à fiscalização e ao aprimoramento do exercício profissional, objetivando a defesa da sociedade (Termo validado pela Superintendência Técnica).

Consultoria: Atividade de prestação de serviços de aconselhamento, mediante exame de questões específicas, e elaboração de parecer ou trabalho técnico pertinente, devidamente fundamentado (Resolução nº 1.010/2005).

Contrato: Ajuste que o Confea e os Creas firmam com terceiros para a consecução de objetivos e nas condições por eles estabelecidas, mediante remuneração (Resolução nº 373/1992).

Controle de Qualidade: Atividade de fiscalização exercida sobre o processo produtivo visando garantir a obediência às normas e padrões previamente estabelecidos (Resolução nº 1.010/2005).

Convênio: Acordo firmado com o Confea e pelos Creas com terceiros para realização de objetivos de interesse comum aos partícipes (Resolução nº 373/1992).

Coordenação: Atividade exercida no sentido de garantir a execução de obra ou serviço segundo determinada ordem e método previamente estabelecidos (Resolução nº 1.010/2005).

Coordenador de Câmara: Conselheiro eleito entre os seus pares para conduzir e responsabilizar-se pelas atividades dos trabalhos de uma câmara especializada, no período de mandato em que foi eleito, sendo substituído em sua falta, impedimento, licença ou renúncia pelo Coordenador-Adjunto, eleito em conjunto (Termo validado pela Superintendência Técnica).

Decisão: Ato administrativo de competência dos Plenários, das câmaras especializadas e das Diretorias dos Creas para a manifestação sobre assuntos de suas competências (Termo validado pela Superintendência Técnica).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Decisão Normativa: Espécie de ato administrativo normativo de exclusiva competência do Confea destinado a fixar entendimentos ou a determinar procedimentos, visando à uniformidade de ação (Resolução nº 1.000/2002).

Declaração de Voto: Manifestação de caráter facultativo proferida por Conselheiro de forma escrita acerca de sua divergência ao que foi aprovado em Decisão, tanto em Plenário, quanto em câmara especializada, relativa à matéria aprovada (Resolução nº 373/1992, Revogada pela Resolução nº 1.015/2006).

Decreto: Ato normativo editado pelo Presidente da República para o fim de regulamentar uma lei e em estrita observância aos princípios dela emanados (Termo validado pela Superintendência Técnica).

Déficit: Diferença negativa entre o total das receitas e o total das despesas. Pode ser medido mensalmente e depois anualmente. O saldo final será compensado com as receitas do exercício seguinte até que o mesmo “zere” e comece a apurar novos superávits (Termo validado pela Superintendência de Controladoria).

Deliberação: Ato administrativo de competência das comissões do Confea e dos Creas para a manifestação sobre assuntos de suas competências (Termo validado pela Superintendência Técnica).

Despacho: Decisão proferida pela Presidência dos Conselhos nos casos que lhe são submetidos à apreciação (Resolução nº 373/1992).

Desempenho de Cargo ou Função Técnica: Atividade exercida de forma continuada, no âmbito da profissão, em decorrência de ato de nomeação, designação ou contrato de trabalho (Resolução nº 1.010/2005).

Desenvolvimento: Atividade que leva à consecução de modelos ou protótipos, ou ao aperfeiçoamento de dispositivos, equipamentos, bens ou serviços, a partir de conhecimentos obtidos através da pesquisa científica ou tecnológica (Resolução nº 1.010/2005).

Diligência: fase dos processos em curso nos Conselhos pela qual são mandados apurar os fatos necessários ao seu completo esclarecimento (Resolução nº 373/1992).

Direção: Atividade técnica de determinar, comandar e essencialmente decidir na consecução de obra ou serviço (Resolução nº 1.010/2005).

Dívida Ativa: Constituída por aqueles valores cuja cobrança lhe seja atribuída por lei, quando não pagos no prazo legal pelos contribuintes e pelos infratores. A título de exemplo mencionamos os valores referentes às anuidades e multas decorrentes da Lei nº 5.194/1966, ou outro valor cuja cobrança seja legalmente atribuída ao Crea-SP (Termo validado pelo Departamento de Dívida Ativa).

Divulgação Técnica: Atividade de difundir, propagar ou publicar matéria de conteúdo técnico (Resolução nº 1.010/2005).

Doutrina: Ensino ministrado sobre qualquer assunto científico jurídico; conjunto de princípios em que se baseia um sistema político, jurídico ou filosófico; tese sustentada por um renomado jurista sobre algum tema controvertido; opinião de doutores (Dicionário Jurídico Universitário, Maria Helena Diniz, Editora Saraiva, 1ª Edição, 2010).

Editais: Instrumento pelo qual o Confea ou os Creas levam ao conhecimento público convocação ou comunicação a respeito do assunto que nele se contém (Resolução nº 373/1992).

Edital no Âmbito das Licitações: peça fundamental ou básica da licitação que garante a publicidade do ato administrativo e traça diretrizes aos concorrentes (Dicionário Jurídico Universitário, Maria Helena Diniz, Editora Saraiva, 1ª Edição, 2010).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Elaboração de Orçamento: Atividade realizada com antecedência, que envolve o levantamento de custos, de forma sistematizada, de todos os elementos inerentes à execução de determinado empreendimento (Resolução nº 1.010/2005).

Ementa: Parte do preâmbulo de resolução, ato, portaria, parecer ou decisão que sintetiza o contexto, a fim de permitir imediato conhecimento da matéria neles contida (Resolução nº 373/1992).

Empresa: Organização particular, governamental ou de economia mista, que produz e/ou oferece bens e serviços, com vistas, em geral, à obtenção de lucros (Termo extraído do Manual de Fiscalização da Câmara de Engenharia Elétrica, Edição 2008).

Empresa Junior: Associação civil, sem fins lucrativos, constituída exclusivamente por alunos de graduação de estabelecimentos de ensino superior, que presta serviços e desenvolve projetos para empresas, entidades e sociedade em geral, nas suas áreas de atuação, sob a supervisão de professores e profissionais especializados (Termo extraído do Manual de Fiscalização da Câmara de Engenharia Elétrica, Edição 2008).

Empresário: Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços (Art. 966 do Código Civil).

Engenharia Pública: Desempenho das atividades privativas dos profissionais da Engenharia, Arquitetura ou da Agronomia diretamente por instituições públicas oficiais, de interesse social (Termo extraído do Manual de Fiscalização da Câmara de Engenharia Elétrica, Edição 2008).

Ensaio: Atividade que envolve o estudo ou a investigação sumária de aspectos técnicos e/ou científicos de determinado assunto (Resolução nº 1.010/2005).

Ensino: Atividade cuja finalidade consiste na transmissão de conhecimento de maneira formal (Resolução nº 1.010/2005).

Equipamento: Instrumento, máquina ou conjunto de dispositivos operacionais, necessário para a execução de atividade ou operação determinada (Resolução nº 1.010/2005).

Especificação: Atividade que envolve a fixação das características, condições ou requisitos relativos a materiais, equipamentos, instalações ou técnicas de execução a serem empregados em obra ou serviço técnico (Resolução nº 1.010/2005).

Estudo: Atividade que envolve simultaneamente o levantamento, a coleta, a observação, o tratamento e a análise de dados de natureza diversa, necessários ao projeto ou execução de obra ou serviço técnico, ou ao desenvolvimento de métodos ou processos de produção, ou à determinação preliminar de características gerais ou de viabilidade técnica, econômica ou ambiental (Resolução nº 1.010/2005).

Ética Profissional: Princípios básicos que devem reger a conduta, os costumes e a moral dos homens, necessários à boa e honesta prática de uma profissão (Termo validado pela Superintendência Técnica).

Execução: Atividade em que o profissional, por conta própria ou a serviço de terceiros, realiza trabalho técnico ou científico visando à materialização do que é previsto nos projetos de um serviço ou obra (Resolução nº 1.010/2005).

Execução de Desenho Técnico: Atividade que implica a representação gráfica por meio de linhas, pontos e manchas, com objetivo técnico (Resolução nº 1.010/2005).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Experimentação: Atividade que consiste em observar manifestações de um determinado fato, processo ou fenômeno, sob condições previamente estabelecidas, coletando dados, e analisando-os com vistas à obtenção de conclusões (Resolução nº 1.010/2005).

Extensão: Atividade que envolve a transmissão de conhecimentos técnicos pela utilização de sistemas informais de aprendizado (Resolução nº 1.010/2005).

Ficha cadastral - Pessoa Jurídica: Documento próprio do Crea-SP para coleta de informações junto a empresas públicas ou privadas, comerciais ou industriais, que apresentam indícios de atuação nas áreas da Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, com a finalidade de certificação do exercício de atividades nestas áreas por parte daquelas empresas (Termo extraído do Manual de Fiscalização da Câmara de Engenharia Elétrica, Edição 2008).

Fiscalização: Atividade que envolve a inspeção e o controle técnicos sistemáticos de obra ou serviço, com a finalidade de examinar ou verificar se sua execução obedece ao projeto e às especificações e prazos estabelecidos (Resolução 1.010/2005).

Gestão: Conjunto de atividades que englobam o gerenciamento da concepção, elaboração, projeto, execução, avaliação, implementação, aperfeiçoamento e manutenção de bens e serviços e de seus processos de obtenção (Resolução nº 1.010/2005).

Habilitação Profissional: Reconhecimento legal de capacitação mediante registro em órgão fiscalizador do exercício profissional (Termo extraído do Manual de Fiscalização da Câmara de Engenharia Elétrica, Edição 2008).

Homologação: No Direito Administrativo: Ato confirmatório emanado da autoridade pública competente, dando eficácia ou força executória a um outro anterior (Dicionário Jurídico Universitário, Maria Helena Diniz, Editora Saraiva, 1ª Edição, 2010).

Informação: Instrumento de esclarecimento sobre a matéria constante do processo, mediante indicações para instruir o parecer ou despacho a ele respeitante (Resolução nº 373/1992).

Inspetor: Profissional habilitado de acordo com a legislação vigente, devidamente registrado no Crea-SP, indicado e nomeado pelo Presidente do Crea-SP para atuar na função de Inspetor no âmbito da respectiva Inspeção, tem como atribuição específica representar o Sistema Confea/Creas perante os profissionais, comunidade, órgãos públicos e municipais, e entidades privadas, mediante nomeação do Presidente do Crea-SP (Termo validado pela Superintendência de Relações Institucionais).

Inspetor Chefe: Profissional habilitado de acordo com a legislação vigente, devidamente registrado no Crea-SP, designado pelo Presidente do Crea-SP, dentre os Inspectores, para atuar na função de Inspetor-Chefe no âmbito da respectiva Inspeção, tem como atribuição específica representar o Sistema Confea/Creas perante os profissionais, comunidade, órgãos públicos e municipais, e entidades privadas, mediante nomeação do Presidente do Crea-SP e presidir a Comissão Auxiliar de Fiscalização-CAF (Termo validado pela Superintendência de Relações Institucionais).

Inspetor Especial: Profissional habilitado de acordo com a legislação vigente, devidamente registrado no Crea-SP, indicado e nomeado pelo Presidente do Crea-SP, para atuar na função de Inspetor no município ou zona onde não há Inspeção, tem como atribuição específica representar o Crea-SP no município ou zona para qual foi nomeado, perante os profissionais, comunidade, órgãos públicos e municipais, e entidades privadas, mediante nomeação do Presidente do Crea-SP (Termo validado pela Superintendência de Relações Institucionais).

Inspetor Especial Chefe da Representação: Profissional habilitado de acordo com a legislação vigente, devidamente registrado no Crea-SP, designado pelo Presidente do Crea-SP, dentre os Inspectores Especiais, para atuar na função de Inspetor Especial Chefe da Representação no âmbito



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

do município ou zona para qual foi nomeado, tem como atribuição específica representar o Sistema Confea/Creas perante os profissionais, comunidade, órgãos públicos e municipais, e entidades privadas, mediante nomeação do Presidente do Crea-SP (Termo validado pela Superintendência de Relações Institucionais).

Inspetoria: Órgão executivo da estrutura básica que representa o Conselho no município ou na região onde for instituída e, nos termos do art. 44 da Lei Federal nº 5.194/1966, tem por finalidade fiscalizar o exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Creas (Termo validado pela Superintendência de Relações Institucionais).

Instalação: Atividade de dispor ou conectar convenientemente conjunto de dispositivos necessários a determinada obra ou serviço técnico, de conformidade com instruções determinadas (Resolução nº 1.010/2005).

Instrução: Tipo de ato administrativo ditado pela Presidência dos Conselhos aos seus funcionários ou empregados, mediante indicações a respeito do modo pelo qual devem ser resolvidos os casos correntes (Resolução nº 373/1992 – Adaptado à Resolução 1.000/2002).

Jurisprudência: Conjunto de decisões judiciais uniformes ou não ou o conjunto de decisões uniformes de juízes e tribunais sobre dada matéria (Dicionário Jurídico Universitário, Maria Helena Diniz, Editora Saraiva, 1ª Edição, 2010).

Laudo: Peça na qual, com fundamentação técnica, o profissional habilitado, como perito, relata o que observou e apresenta suas conclusões, ou avalia o valor de bens, direitos, ou empreendimentos (Resolução nº 1.010/2005).

Lei: Norma geral de conduta que disciplina as relações de fato incidentes no direito, e cuja observância é imposta pelo poder estatal, sendo elaborada pelo Poder Legislativo, por meio de processo adequado (Termo extraído do Manual de Fiscalização da Câmara de Engenharia Elétrica, Edição 2008).

Leigo: Pessoa física ou jurídica que não possui atribuições para o exercício profissional das atividades/serviços afetas ao sistema Confea/Creas (Termo extraído do Manual de Fiscalização da Câmara de Engenharia Elétrica, Edição 2008).

Levantamento: Observação, mensuração e/ou a quantificação de dados de natureza técnica necessários à execução de serviços técnicos ou obras (Termo extraído do Manual de Fiscalização da Câmara de Engenharia Elétrica, Edição 2008).

Licitação: Instituto de Direito Administrativo para eleger contratante com a Administração Pública, precedendo, portanto, ao contrato administrativo, com o escopo de garantir o princípio da isonomia e de selecionar a proposta mais vantajosa para a administração (Dicionário Jurídico Universitário, Maria Helena Diniz, Editora Saraiva, 1ª Edição, 2010).

Manutenção: Atividade que implica conservar aparelhos, máquinas, equipamentos e instalações em bom estado de conservação e operação (Resolução nº 1.010/2005).

Memorando: Documento de circulação interna nos Conselhos, de uso generalizado, responsável pela manutenção dos fluxos informais necessários à agilização dos processos técnicos e administrativos (Resolução nº 373/1992).

Mensuração: Atividade que envolve a apuração de aspectos quantitativos de determinado fenômeno, produto, obra ou serviço técnico, num determinado período de tempo (Resolução nº 1.010/2005).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Monitoramento: Atividade de examinar, acompanhar, avaliar e verificar a obediência a condições previamente estabelecidas para a perfeita execução ou operação de obra, serviço, projeto, pesquisa, ou outro qualquer empreendimento (Resolução nº 1.010/2005).

Montagem: Operação que consiste na reunião de componentes, peças, partes ou produtos, que resulte em dispositivo, produto ou unidade autônoma que venha a tornar-se operacional, preenchendo a sua função (Resolução nº 1.010/2005).

Multa: Documento lavrado pelo Crea, de caráter pecuniário, que registra a penalidade de uma pessoa física ou jurídica que estejam desenvolvendo atividades técnicas afetas à Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, em desacordo com as Leis Federais 5.194/66, 4.950-A/66 e 6.496/77 (Termo validado pela Superintendência Operacional).

Nota de Atesto: Tem por finalidade a validação de que determinado serviço está em conformidade com o contrato vigente. É feito pelo gestor do contrato. No caso de alguma compra, de que as quantidades estão corretas e o produto está em perfeito estado e atende às necessidades especificadas (Termo validado pela Superintendência de Controladoria).

Notificação: Documento emitido pelo Crea endereçado ao(s) pretenso(s) infrator(es) solicitando a prestação de informações julgadas necessárias ou adotar providências para regularizar a situação, objeto da fiscalização do Conselho, dentro do prazo estipulado (Termo extraído do Manual de Fiscalização da Câmara de Engenharia Elétrica, Edição 2008).

Obra: Resultado da execução ou operacionalização de projeto ou planejamento elaborado visando à consecução de determinados objetivos (Resolução nº 1.010/2005).

Ofício: Fórmula mediante a qual os Presidentes dos Conselhos se dirigem uns aos outros ou a terceiros sobre assunto de serviço ou interesse dos Conselhos (Resolução nº 373/1992).

Operação: Atividade que implica fazer funcionar ou acompanhar o funcionamento de instalações, equipamentos ou mecanismos para produzir determinados efeitos ou produtos (Resolução nº 1.010/2005).

Orçamento: Discriminação da receita e da despesa da administração pública para o exercício seguinte – No exercício profissional, refere-se ao cálculo prévio da quantia que se tem e do quanto vai se gastar na execução de uma obra/serviço (Termo validado pela Superintendência Operacional).

Ordem de Serviço: Documento dos Conselhos, de competência das chefias técnicas e administrativas, determinando providências necessárias ao desenvolvimento das atividades fim e meio (Resolução nº 373/1992).

Orientação Técnica: Atividade de proceder ao acompanhamento do desenvolvimento de uma obra ou serviço, segundo normas específicas, visando a fazer cumprir o respectivo projeto ou planejamento (Resolução nº 1.010/2005).

Ouvidoria: Subordinada à Presidência, é o elo de comunicação com o cidadão usuário fortalecendo, ampliando e assegurando-lhe o direito de manifestar-se sobre os serviços prestados pelo Crea-SP, acolhendo todas as manifestações, interagindo e intermediando com as unidades organizacionais competentes, de forma preventiva com vistas à redução de conflitos (Termo validado pela Ouvidoria).

Padronização: Atividade que envolve a determinação ou o estabelecimento de características ou parâmetros, visando à uniformização de processos ou produtos (Resolução nº 1.010/2005).

Parecer: Manifestação de opinião de caráter técnico para esclarecer situações, bem como para oferecer soluções adequadas à matéria que lhe serve de objeto (Resolução nº 373/1992).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Parecer Técnico: Expressão de opinião tecnicamente fundamentada sobre determinado assunto, emitida por especialista (Resolução nº 1.010/2005).

Perícia: Atividade que envolve a apuração das causas que motivaram determinado evento, ou da asserção de direitos, na qual o profissional, por conta própria ou a serviço de terceiros, efetua trabalho técnico visando a emissão de um parecer ou laudo técnico, compreendendo: levantamento de dados, realização de análise ou avaliação de estudos, propostas, projetos, serviços, obras ou produtos desenvolvidos ou executados por outrem (Resolução nº 1.010/2005).

Pesquisa: Atividade que envolve investigação minudente, sistemática e metódica para elucidação ou o conhecimento dos aspectos técnicos ou científicos de determinado fato, processo, ou fenômeno (Resolução nº 1.010/2005).

Pessoa Jurídica: Empresa pública ou privada, comercial ou industrial, devidamente constituída, que possui ou não registro ou visto regular no Crea-SP (Termo extraído do Manual de Fiscalização da Câmara de Engenharia Elétrica, Edição 2008).

Planejamento: Atividade que envolve a formulação sistematizada de um conjunto de decisões devidamente integradas, expressas em objetivos e metas, e que explicita os meios disponíveis ou necessários para alcançá-los, num dado prazo (Resolução nº 1.010/2005).

Plenário: Órgão colegiado decisório da estrutura básica do Crea que tem por finalidade decidir sobre os assuntos relacionados às competências do Conselho Regional, constituindo a segunda instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição e é constituído por um presidente e por conselheiros brasileiros, diplomados nas áreas da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia (Regimento do Crea-SP).

Portaria: Determinação ou ordem de competência regimental de Presidente de Conselho, objetivando providências oportunas e convenientes para o bom andamento dos serviços. (Resolução nº 373/1992), delegando competências à estrutura auxiliar, assim como é utilizada com meio de instrumentalizar as Comissões e Grupos de Trabalho instituídos pelo Plenário (Termo validado pela Superintendência Técnica).

Produção Técnica Especializada: Atividade em que o profissional, por conta própria ou a serviço de terceiros, efetua qualquer operação industrial ou agropecuária que gere produtos acabados ou semi acabados, isoladamente ou em série (Resolução nº 1.010/2005).

Profissional Habilitado: É aquele que está no legítimo exercício da sua profissão, ou seja: está com o registro ou visto regular e plena vigência junto ao Crea-SP, em dia com a sua anuidade, além de ter as atribuições apropriadas e condizentes para o desenvolvimento das atividades e serviços a que se propôs/propõem junto ao seu contratante (Termo extraído do Manual de Fiscalização da Câmara de Engenharia Elétrica, Edição 2008).

Profissional Liberal: Pessoa física que desenvolve atividade profissional regulamentada no país com registro em órgão de fiscalização oficial sem constituir pessoa jurídica, e presta serviço de forma autônoma e pessoal, livre de subordinação e sem vínculo empregatício (Termo validado pela Superintendência Operacional).

Projeto: Representação gráfica ou escrita necessária à materialização de uma obra ou instalação, realizada através de princípios técnicos e científicos, visando à consecução de um objetivo ou meta, adequando-se aos recursos disponíveis e às alternativas que conduzem à viabilidade da decisão (Resolução nº 1.010/2005).

Provedor de Internet: ISP *Internet Service Provider*. Empresa que oferece serviço de acesso à Internet (Termo validado pelo Departamento de Informática).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Reformulação Orçamentária: Movimentação de verba durante o exercício entre contas de grupos diferentes do plano financeiro estratégico de uma administração (Termo validado pela Superintendência de Controladoria).

Registro de Entidade de Classe: Ato de inscrição formal da pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, denominada Entidade de Classe representante de profissionais de nível superior ou de nível médio das áreas da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, para fins de representação no Crea em cuja jurisdição tenha sede. (Lei nº 5.194/1966 e Resolução nº 1.018/2006).

Registro de Instituição de Ensino: Ato de inscrição formal da Instituição de Ensino Superior, quer seja pública ou privada que ofereça cursos nas áreas de formação profissional abrangidas pelo Sistema Confea/Creas sendo facultativo o requerimento de sua representação no Plenário do Crea em cuja jurisdição tenha sua sede (Resolução nº 1.018/2006).

Registro Regular: Atende aos dispositivos legais quanto à documentação e exigências previstas na Lei Federal nº 5.194/66 e Resoluções do Confea.

Reincidência: Ocorre quando, transitado em julgado decisão de processo administrativo punitivo, o infrator pratica nova infração capitulada no mesmo dispositivo legal pela qual tenha sido anteriormente declarado culpado (Termo extraído do Manual de Fiscalização da Câmara de Engenharia Elétrica, Edição 2008).

Relatório de Visita: Documento próprio do Crea-SP para coleta das informações relativas a obras e serviços técnicos. Esse documento, elaborado e numerado pelo Agente Fiscal no ato da fiscalização é encaminhado para análise da área interna de fiscalização ou das Câmaras Especializadas, e se for o caso, solicitações de esclarecimentos e/ou instruções serão expedidas (Termo validado pela Superintendência Operacional).

Relatório e Voto Fundamentado: Manifestação formal de conselheiro em processo sobre determinado assunto, com exposição de motivos que amparam sua decisão, seguida de parecer e voto respaldados na fundamentação apresentada (Termo validado pela Superintendência Técnica).

Reparo: Atividade que implica recuperar ou consertar obra, equipamento ou instalação avariada, mantendo suas características originais (Resolução nº 1.010/2005).

Representação: Ente integrante do Plenário e das câmaras especializadas da estrutura básica do Crea-SP na qualidade de Conselheiro representante de Instituição de Ensino ou de Entidade de Classe ou na condição de Inspetor como representante do Presidente nos municípios ou zonas onde forem instituídas Inspetorias, bem como nas localidades onde ainda não as há (Termo validado pela Superintendência Técnica).

Representação Municipal: Órgão descentralizado da estrutura básica do Crea-SP que tem por finalidade representá-lo nos municípios ou zonas onde não há Inspetoria. Sua composição é de no mínimo 1 (um) Inspetor e no máximo 3 (três) Inspetores, sendo um representante de cada categoria profissional do Sistema Confea/Creas: Agronomia, Arquitetura e Engenharia (Termo validado pela Superintendência de Relações Institucionais).

Resolução: Espécie de ato administrativo normativo, de exclusiva competência do Confea, destinado a explicitar a lei, para sua correta aplicação, e a disciplinar os casos omissos (Resolução nº 1.000/2002).

Responsabilidade: O termo comporta várias definições na área jurídica, de acordo com o contexto em que é inserido. Genericamente, a responsabilidade corresponde a um dever de conduta advindo da lei, da vontade das partes ou até mesmo dos costumes da sociedade (Termo validado pela Consultoria Jurídica).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Responsabilidade Administrativa: Resultam das restrições impostas pelos órgãos públicos, através do Código de Obras, Código de Água e Esgoto, Normas Técnicas, Regulamento Profissional, Plano Diretor e outros. Essas normas legais impõem condições e criam responsabilidades ao profissional, cabendo a ele, portanto, o cumprimento das leis específicas à sua atividade, sob pena inclusive, de suspensão do exercício profissional (Termo validado pela Consultoria Jurídica).

Responsabilidade Civil do Estado: (Advém da Responsabilidade Administrativa) Obrigação que tem o Estado de reparar economicamente os danos lesivos à esfera juridicamente garantida de outrem e que lhe sejam imputáveis em decorrência de comportamentos unilaterais, lícitos ou ilícitos, comissivos ou omissivos, materiais ou jurídicos (Dicionário Jurídico Universitário, Maria Helena Diniz, Editora Saraiva, 1ª Edição, 2010).

Responsabilidade Civil: Aplicação de medidas que obriguem alguém a reparar dano moral e/ou patrimonial causado a terceiro em razão de ato próprio imputado, de pessoa por quem ele responde, ou de fato de coisa ou animal sob sua guarda ou, ainda, de simples imposição legal (Dicionário Jurídico Universitário, Maria Helena Diniz, Editora Saraiva, 1ª Edição, 2010).

- 1. Responsabilidade Contratual:** Responsabilidade que decorre de inexecução de negócio jurídico bilateral ou unilateral. Resulta, portanto, de ilícito contratual, ou seja, de falta de cumprimento ou de mora no cumprimento da obrigação assumida. (Dicionário Jurídico Universitário, Maria Helena Diniz, Editora Saraiva, 1ª Edição, 2010);
- 2. Responsabilidade pela Solidez e Segurança da Construção:** pelo Código Civil Brasileiro, o profissional responde pela solidez e segurança da obra durante cinco anos; é importante pois, que a data do término da obra seja documentada de forma oficial. Se, entretanto, a obra apresentar problemas de solidez e segurança e, através de perícias, ficar constatado erro do profissional, este será responsabilizado, independente do prazo transcorrido, conforme jurisprudência existente (Termo validado pela Consultoria Jurídica);
- 3. Responsabilidade pelos Materiais:** a escolha dos materiais a serem empregados na obra ou serviço é da competência exclusiva do profissional. Logo, por medida de precaução, tornou-se habitual fazer a especificação desses materiais através do "Memorial Descritivo", determinando tipo, marca e peculiaridade outras, dentro dos critérios exigíveis de segurança. Quando o material não estiver de acordo, com a especificação, ou dentro dos critérios de segurança, o profissional deve rejeitá-lo, sob pena de responder por qualquer dano futuro (Termo validado pela Consultoria Jurídica);
- 4. Responsabilidade por Danos a Terceiros:** é muito comum na construção civil a constatação de danos a vizinhos, em virtude da vibração de estaqueamentos, fundações, quedas de materiais e outros. Os danos resultantes desses incidentes devem ser reparados, pois cabe ao profissional tomar todas as providências necessárias para que seja preservados a segurança, a saúde e o sossego de terceiros. Cumpre destacar que os prejuízos causados são de responsabilidade do profissional e do proprietário, solidariamente, podendo o lesado acionar tanto um como o outro. A responsabilidade estende-se, também, solidariamente, ao subempreiteiro, naquilo em que for autor ou co-autor da lesão (Termo validado pela Consultoria Jurídica).

Responsabilidade Ética: Resulta de faltas éticas que contrariam a conduta moral na execução da atividade profissional. Em nível do Confea/Creas, essas faltas estão previstas na legislação e no Código de Ética Profissional, estabelecido na Resolução nº 1.002/2002, do Confea. Uma infração à ética coloca o profissional sob julgamento, sujeitando-o a penalidades (Termo validado pela Consultoria Jurídica).

Responsabilidade Legal: Aquela que toda lei impõe para determinada conduta, independentemente de qualquer outro vínculo. Tal responsabilidade é de ordem pública e por isso mesmo irrenunciável e intransacionável pelas partes (Termo validado pela Consultoria Jurídica).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Responsabilidade Objetiva: (Advém do Direito Civil) Responsabilidade fundada no risco, sendo irrelevante a conduta culposa ou dolosa do causador do dano, uma vez que bastará a existência do nexo causal entre o prejuízo sofrido pela vítima e a ação do agente para que surja o dever de indenizar (Dicionário Jurídico Universitário, Maria Helena Diniz, Editora Saraiva, 1ª Edição, 2010).

- Resultante das relações de consumo, envolvendo o fornecedor de produtos e de serviços (pessoa física e jurídica) e o consumidor, assegura direitos consagrados pela Lei nº 8.078, que dispõe sobre a Proteção ao Consumidor. O Código responde a uma antiga aspiração da sociedade, visando a garantia de proteção físico-psíquica ao consumidor, incluindo proteção à vida, ao meio ambiente e à proteção no aspecto econômico, detalhando quais são esses direitos e a forma como pretende viabilizar essa proteção. A responsabilidade profissional está, mais do que nunca, estabelecida através do Código de Defesa e Proteção ao Consumidor, pois coloca em questão a efetiva participação preventiva e consciente dos profissionais;
- Portanto, é fundamental que o profissional esteja atento à obrigatoriedade de observância às Normas Técnicas e à execução de orçamento prévio de projeto completo, com especificação correta de qualidade, garantia contratual (contrato escrito) e legal (ART – Anotação de Responsabilidade Técnica). Uma infração ao Código de Defesa e Proteção ao Consumidor coloca o profissional (pessoa física e jurídica) em julgamento com possibilidade de rito sumaríssimo, inversão do ônus da prova e com assistência jurídica gratuita ao consumidor, provocando, assim, a obrigação de sua obediência Estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor - Artigos 12 e 14.

Responsabilidade Penal ou Criminal: Decorrem de fatos considerados crimes. Neste campo merecem destaque: (Termo validado pela Consultoria Jurídica).

- a. Desabamento - queda de construção em virtude de fator humano;
- b. Desmoronamento - resultante da natureza;
- c. Incêndio - quando provocado por sobrecarga elétrica;
- d. Intoxicação ou morte por agrotóxico - pelo uso indiscriminado de herbicidas e inseticidas na lavoura sem a devida orientação e equipamento;
- e. Intoxicação ou morte por produtos industrializados, quando mal manipulados na produção ou quando não conste indicação da periculosidade;
- f. Contaminação - quando provocada por vazamentos de elementos radioativos e outros.

* Todas essas ocorrências são incrimináveis, havendo ou não lesão corporal ou dano material, desde que se caracterize perigo à vida ou à propriedade. Por isso, cabe ao profissional, no exercício de sua atividade, prever todas as situações que possam ocorrer a curto, médio e longo prazos, para que fique isento de qualquer ação penal.

Responsabilidade Subjetiva: (Advinda do Direito Civil). É a que encontra sua justificativa na culpa ou dolo por ação ou omissão, lesiva a determinada pessoa (Dicionário Jurídico Universitário, Maria Helena Diniz, Editora Saraiva, 1ª Edição, 2010).

Responsabilidade Técnica: Compromisso legal de profissional vinculado ao Sistema Confea/Creas, com ou sem vínculo empregatício com o contratante, formalizado por meio da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, cujo objetivo é assegurar a aplicação das práticas profissionais em obediência às normas aplicáveis e à legislação vigente, dentro dos limites de suas atribuições (Termo validado pela Superintendência Técnica).

Responsabilidade Trabalhista: A matéria é regulada pelas leis trabalhistas em vigor. Resulta das relações com os empregados e trabalhadores que compreendem: direito ao trabalho, remuneração, férias, descanso semanal e indenizações, inclusive, aquelas resultantes de acidentes que prejudicam a integridade física do trabalhador. O profissional só assume esse tipo de responsabilidade quando contratar empregados, pessoalmente ou através de seu representante ou representante de sua



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

empresa. Nas obras de serviços contratados por administração o profissional estará isento desta responsabilidade, desde que o proprietário assuma o encargo da contratação dos operários (Termo validado pela Consultoria Jurídica).

Responsável Técnico: Profissional devidamente habilitado que, dentro dos limites de suas atribuições, é responsável pela elaboração de projetos e laudos técnicos e/ou pela execução de obras e serviços (Termo extraído do Manual de Fiscalização da Câmara de Engenharia Elétrica, Edição 2008).

Restos a Pagar: Despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do ano corrente (Termo validado pela Superintendência de Controladoria).

Serviços Afins e Correlatos: Serviços cujas características guardam semelhança ou correspondência com a obra ou serviço principal (Termo validado pela Superintendência Operacional).

Serviço Técnico: Desempenho de atividades técnicas no campo profissional (Resolução nº. 1.010/2005) da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia consistindo no desempenho ou prestação de serviço de qualquer trabalho no âmbito público ou privado, que seja de atribuição reservada aos profissionais e empresas dessas áreas, legalmente habilitadas (Termo validado pela Superintendência Técnica).

Sistema Confea/Creas: Formado pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia dos 26 Estados e do Distrito Federal. Sua função primordial é fiscalizar o exercício das profissões dos níveis de formação profissional de pós-graduação, de graduação superior plena, de graduação superior tecnológica e de técnico nas áreas da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia. Em virtude de sua importância e responsabilidade para com a sociedade, essas profissões são regulamentadas e exercidas por profissionais com capacidade comprovada (Art. 2º da Resolução nº 1.010/2005).

Súmula: Resumo, sinopse. Registro dos assuntos apreciados pelas câmaras especializadas, comissões e grupos de trabalho seguindo a ordem regimental dos trabalhos (Termo validado pela Superintendência Técnica).

Superávit: Diferença positiva entre o total das receitas e o total das despesas. Pode ser medido mensalmente e depois anualmente. O saldo final transfere-se para o exercício seguinte o qual poderá ser utilizado para a Reformulação Orçamentária (Termo validado pela Superintendência de Controladoria).

Supervisão: Atividade de acompanhar, analisar e avaliar, a partir de um plano funcional superior, o desempenho dos responsáveis pela execução de projetos, obras ou serviços (Resolução nº 1.010/2005).

Suprimento de Fundos: Adiantamento de verba colocado à disposição de um servidor a fim de dar condições à sua Unidade para realizar despesas que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processamento normal (Termo validado pela Superintendência de Controladoria).

Título Acadêmico: Denominação conferida legalmente por Instituição de Ensino reconhecida ao concluinte de curso técnico de nível médio ou superior, decorrente das prerrogativas de Lei (Termo validado pela Superintendência Operacional).

Título Profissional: Denominação conferida pelo Sistema Confea/Creas aos diplomados pelas Instituições de Ensino nos cursos de técnicos de nível médio ou superior, de acordo com a Tabela de Títulos Profissionais instituída pelo Confea através da Resolução Nº 473/2002. (Termo validado pela Superintendência Operacional).

Trabalho Técnico: Desempenho de atividades técnicas coordenadas, de caráter físico ou intelectual, necessárias à realização de qualquer serviço, obra, tarefa, ou empreendimento especializados (Resolução nº 1.010/2005).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Treinamento: Atividade cuja finalidade consiste na transmissão de competências, habilidades e destreza, de maneira prática (Resolução nº 1.010/2005).

Vista: Faculdade dos conselheiros federais e regionais de tomarem conhecimento de quaisquer das partes dos processos em curso nos Conselhos (Termo extraído do Manual de Fiscalização da Câmara de Engenharia Elétrica, Edição 2008).

Visto: Tipo de registro acessório concedido por um Crea em registro originário de outro Regional para que um profissional possa exercer atividade em Estado diferente daquele que o registrou (Termo validado pela Superintendência Operacional).

Vistoria: Atividade que envolve a constatação de um fato, mediante exame circunstanciado e descrição minuciosa dos elementos que o constituem, sem a indagação das causas que o motivaram (Resolução nº 1.010/2005).

Voto: Ato de pronunciamento de cada um dos conselheiros em Plenário a respeito de matéria submetida à decisão deste (Resolução nº 373/1992).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

IX Termos da Área de Recursos Humanos:

Análise de Cargos: Estudo que é feito a partir das informações obtidas sobre as tarefas e as especificações exigidas para o cargo com a utilização de: formulários, entrevistas, observação no local de trabalho e informações necessárias para a descrição e especificação do cargo.

Avaliação de Desempenho: Processo sistematizado de avaliação das competências dos funcionários mediante análise das ações/atividades realizadas pelos mesmos durante um determinado período. Esta avaliação tem como objetivo diagnosticar e analisar o desempenho individual e grupal em função das metas e resultados a serem alcançados e dos potenciais de desenvolvimento.

Avaliação Global de Desempenho: Processo para identificar o nível de desempenho dos funcionários em relação aos aspectos de: comprometimento, criatividade, pontualidade, flexibilidade, honestidade, responsabilidade, agilidade, dentre outras. Fornece à administração informações para tomada de decisões acerca de salários, bonificações, promoções, treinamento e planejamento de carreira. Proporciona o desenvolvimento tanto do funcionário avaliado como da instituição.

Cargo: Conjunto de funções compostas de atividades ou tarefas semelhantes em sua natureza, agrupadas sob o mesmo título, as quais são atribuídas a posição que a pessoa ocupa dentro de uma estrutura organizacional determinada estrategicamente.

Cargo de Carreira Efetivo Estável: Cargo ocupado por funcionário admitido por concurso público, nos termos do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, e por funcionário admitido por processo seletivo até 05.10.1983.

Cargo de Carreira Efetivo Não Estável: Cargo ocupado por funcionário admitido por processo seletivo após 05.10.1983 e antes de 05.10.1988.

Cargo de Carreira Não Estável: Cargo ocupado por funcionário admitido por processo seletivo após 05.10.1988.

Cargo em Comissão: Cargo designado para assessoria, chefia e direção, ocupado por funcionário contratado diretamente e demissível *ad-nutum* ou funcionário ocupante de cargo de carreira efetivo não estável e cargo de carreira não estável, nomeado pelo Presidente.

Carreira: Sucessão de cargos e funções que podem ser ocupados por um funcionário, considerando: formação, maturidade e desempenho profissional.

Categoria Profissional Diferenciada: Aquela "que se forma por funcionários que exercem profissões ou funções diferenciadas por força do estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares" (Art. 511 da CLT).

Composição Salarial: Soma de todos os vencimentos mensais habituais (Salário Base + Função Gratificada (FG) + Função Gratificada Incorporada (FGI) + Adicional por Tempo de Serviço Incorporado (ATSI) + Outras Incorporações).

Degrau Salarial: Diferença em valor entre os salários imediatamente maiores e menores na tabela salarial.

Departamento: Segmento administrativo responsável pela gestão de trabalhos específicos afetos ao Crea-SP subordinados a uma superintendência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Descrição de Cargo: Detalhamento das principais atividades e responsabilidades inerentes ao cargo obtido por meio do mapeamento das especificidades e atribuições necessárias às áreas que compõem a empresa, assim como outras atividades correlatas e compatíveis com o cargo, de acordo com as necessidades da empresa.

Empregado Público: Agente público sujeito ao regime jurídico da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas. Para efeito do atual Plano de Cargos, Salários e Carreiras foi utilizado o termo funcionário para designá-lo.

Enquadramento: Ajuste salarial do cargo ou função do funcionário nos degraus salariais dos cargos, após a adequação dos valores da tabela salarial do Crea-SP aos praticados pelo mercado ou em função de reestruturação interna nos cargos, funções ou carreiras.

Especificação de Cargos: Descrição das especificidades, requisitos básicos, responsabilidades exigidas para o cargo.

Faixa Salarial: Agrupamento dos degraus que correspondem a determinado nível salarial, de acordo com o cargo ocupado.

Função: Conjunto de tarefas, atribuições e responsabilidades, semelhantes em sua natureza e nível de complexidade, agrupadas sob o mesmo título.

Função de Confiança: Exercida por funcionário ocupante de cargo de carreira efetivo estável, designado para funções de: assessoria, chefia e direção de livre nomeação/exoneração do Presidente.

Função Gratificada: Valor correspondente à diferença, caso exista, entre a composição salarial e o salário inicial da função de confiança, aplicável somente aos funcionários ocupantes de cargos de carreira efetivo estável.

Função Gratificada Incorporada: Valor correspondente à incorporação verificada por ocasião da exoneração da função de confiança.

Outras Incorporações: Valor correspondente a incorporações determinadas judicialmente ou outras quaisquer não previstas no Plano de Cargos, Salários e Carreiras.

Período de Experiência: Período de avaliação do funcionário por seu gestor imediato para fins de efetivação ou não no cargo, limitado a 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua admissão.

Pesquisa Salarial: Levantamento e análise pelo Departamento de Recursos Humanos de dados salariais e benefícios para implantar e manter um Plano de Cargos, Salários e Carreiras similar ao praticado no mercado.

Política Salarial: Conjunto de normas, critérios e procedimentos para administrar o Plano de Cargos, Salários e Carreiras.

Reclassificação em Função de Mérito: Passagem do funcionário de um degrau salarial para outro, dentro do mesmo cargo, como forma de recompensar desempenhos especiais ou aqueles que se destacam da média, identificados por processo de Avaliação Global de Desempenho. Atua como agente motivador do reconhecimento da produtividade e potencial.

Reclassificação em Função de Variação de Mercado: Alteração do degrau salarial inicial para outro, dentro do mesmo cargo, frente às variações observadas no mercado de trabalho.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Remuneração: Compreendem-se na remuneração do funcionário, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber (Art. 457 da CLT).

Salário Base: Salário equivalente ao degrau de enquadramento na tabela salarial como retribuição financeira a quem tem direito pelo exercício de suas funções no cargo.

Superintendência: Segmento administrativo responsável pela direção e coordenação de departamentos e unidades afins e afetas ao Crea-SP, subordinada diretamente ao Presidente.

Tabela Salarial: Conjunto de todos os degraus salariais, de todas as carreiras, cargos e funções.

Tarefa: Atividade individualizada e executada por um ocupante de cargo para determinado fim que requer habilidade física e mental.

Transferência: Mudança do funcionário de uma unidade de trabalho para outra sem que necessariamente, ocorra alteração de cargo e/ou salário.

Unidade de Trabalho: Segmento ou subdivisão de uma Superintendência, do Gabinete da Presidência ou de um Departamento, no qual são desenvolvidos trabalhos específicos e relacionados com as necessidades e os objetivos do Crea-SP. A unidade de trabalho é estruturada e classificada por área de atuação e de acordo com as atividades desenvolvidas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

X Referências Bibliográficas:

Ato Normativo nº. 1, de 16 de junho de 2000.

Código de Direito Civil Brasileiro - Lei 10.406. de 10/01/2002.

DINIZ, Maria Helena. Dicionário Jurídico Universitário: Editora Saraiva, 1ª Edição, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Minidicionário da Língua Portuguesa: 6ª Edição. Curitiba: 2004.

Manual de Fiscalização da Câmara Especializada de Engenharia Elétrica. São Paulo: 2008;

MICHAELIS: Dicionário Escolar Língua Portuguesa. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 2008.

PCSC - Plano de Cargos, Salários e Carreiras do Crea-SP: 2009.

Regimento Interno do Crea-SP: 2006.

Resoluções do Confea nºs: 342/1990, 345/1990, 373/1992, 473/2002, 1.000/2002, 1.008/2004, 1.010/2005, 1.015/2006, 1.018/2006 e 1.025/2009.

Webgrafia:

www.confea.org.br

www.creasp.org.br